

Magistrados discutem combate ao narcotráfico

O TJMG participou, no final de maio, em Belo Horizonte, do I Simpósio Sul-Americano de Magistrados, que teve como tema "Políticas Públicas de Enfrentamento ao Narcotráfico e Fundo Nacional Antidrogas". O simpósio, resultado de parceria entre o TJMG, a Secretaria Nacional Antidrogas e a Subsecretaria de Estado de Políticas Antidrogas, culminou com a Carta de Minas, documento com recomendações decorrentes das discussões realizadas no evento.

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - JULHO - 2008
ANO 14 - NÚMERO 129

Páginas 6 e 7

Guilherme Dardhan



Construindo a esperança

Orlando Carvalho - presidente

“Não há esperança sem medo, nem medo sem esperança”, disse-nos o filósofo holandês Spinoza. Essa frase se encaixa, perfeitamente, nos debates sobre Políticas Públicas de Enfrentamento ao Narcotráfico, durante o Primeiro Simpósio Sul-Americano de Magistrados, realizado no último mês de maio.

É certo que a violência, muitas vezes, está relacionada ao consumo de drogas – e aqui precisamos chamar a atenção: drogas ilícitas e também as consideradas lícitas. Atualmente, raras são as famílias que não possuem uma ou mais pessoas envolvidas com algum tipo de droga, provocando sofrimento e tristeza.

Não podemos nos esquivar de tão relevantes discussões, dos medos que sentimos relacionados a esse grave problema social. No entanto, não devemos perder as esperanças de conseguirmos melhores soluções.

Existe um consenso sobre a necessidade de reformas estruturais. Afinal de contas, sabe-se que a deterioração social é decorrente de séculos de exclusão e descompromisso.

É muito comum, atualmente, a reivindicação de repressão em nome da ordem. Nesse sentido, grande parte da mídia tem desempenhado um papel perverso, confundindo informação com cultura do espetáculo e com o clamor do “olho por olho, dente por dente”. Isso representa um verdadeiro retrocesso de estado civil para o estado de natureza, no conceito de Hobbes. A sede de vingança significa, acima de tudo, intolerância.

Recentemente, dentro da programação do *Pensa TJ*, ação desenvolvida pelo TJMG, tivemos debate com João Estrella, cuja história de vida inspirou o filme *Meu nome não é Johnny*. Participaram também Guilherme

Fiuzza, autor do livro, e o juiz Edison Feital Leite, da 2ª Vara de Tóxicos da Capital.

João Estrella, hoje produtor musical, sustentou seu vício com o tráfico. Disse que, por sorte, não é dependente químico. E adverte: “Usar drogas, tomar *ecstasy* é muito bom, (provoca) uma sensação de prazer tão grande que a realidade fica esquisita, e então o usuário fica com uma referência ruim e ainda pode dar o azar de ter propensão à dependência química”. Enfatizou que o uso de drogas era uma forma de perpetuar a infância e adolescência, uma alternativa para se esquivar da vida adulta, do peso das responsabilidades.

Mas, o saldo positivo de toda a sua história é que, de fato, João Estrella conseguiu recuperar-se e hoje faz palestras e alerta os jovens para o risco das drogas.

Além de uma séria campanha educativa, talvez possamos pensar em algumas premissas: a importância de mudanças estruturais, visando reverter o quadro favorável aos desvios de conduta e às drogas; a necessidade de um efetivo aparato coercitivo; a penalização séria, independente de classe social e econômica; o reconhecimento de que, por detrás das drogas, há desde pessoas de altíssimo poder aquisitivo até os mais marginalizados e miseráveis, exigindo estratégias de combate que acolham essas peculiaridades; tratamento diferenciado para traficante e usuário de droga, com políticas de reinserção.

E a última premissa está relacionada ao compromisso de toda a sociedade, incluindo as famílias, escolas, grupos organizados, instituições, e efetivação de políticas públicas para enfrentamento ao narcotráfico. “No final das contas, o valor de um Estado é o valor dos indivíduos que o compõem,” disse John Stuart Mill, filósofo e economista inglês.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; **Secretário Especial da**

Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do**

Presidente: Sidneia Simões; **Assessora de**

Comunicação Institucional: Goretti Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Editores e Jornalistas Responsáveis:

Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e

Patrícia Meilillo - RG nº MG 04592/JP;

Revisão: Pedro Jorge Fonseca; **Designer**

Gráfico: Shirley O. Moraes e Narla Prudêncio;

Fotolito e Impressão: Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 20 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.

Juízes concluem curso

Foi realizada, no dia 13 de julho, solenidade de encerramento do 11º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos. Os 32 novos magistrados de Minas Gerais - 14 mulheres e 18 homens - tomaram posse em 23 de janeiro e começaram a frequentar o curso no dia seguinte. De acordo com a Coordenação de Formação Inicial da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, durante os cinco meses de curso, os juízes passaram por treinamentos em seis disciplinas: Direito Privado, Direito Público, Gestão Judiciária, Direito Penal, Juizados Especiais e Direito Eleitoral.

Patrícia Meilillo



Justiça mais perto dos cidadãos

Edson Junior

A comarca de Diamantina, município situado na região do Jequitinhonha, está implementando um projeto para levar a Justiça aos cidadãos, sobretudo, os mais carentes. Trata-se do *Justiça Itinerante*, que vai realizar audiências nos municípios que compõem a comarca, fazendo com que os moradores possam resolver seus litígios mais próximos de casa, sem precisar ir até a sede do Foro.

Diamantina é uma das maiores comarcas do Estado, com nove municípios e uma área superior a oito mil quilômetros quadrados. A soma de habitantes dos municípios e distritos ultrapassa o número de 84 mil. De acordo com o juiz titular da Primeira Vara e diretor do Foro da comarca de Diamantina, Elexander Camargos Diniz, uma das maiores dificuldades dos moradores da região para o acesso à Justiça é o deslocamento, já que o transporte público opera em condições precárias e muitos não possuem recursos sequer para custear sua ida até o local da audiência.

“Trata-se de uma região pobre, onde o custo do deslocamento até a sede da comarca pode significar privação do mínimo necessário à sobrevivência da família”,

explica o magistrado. Ele relata o caso de uma senhora que movia uma ação para requerer a pensão alimentícia e não compareceu à audiência por não ter como pagar seu transporte até o fórum. Diante dessa situação, o advogado requereu a mudança do local da audiência e foi atendido, já que o processo foi um dos primeiros a serem incluídos no projeto.

Audiências

A primeira jornada do projeto *Justiça Itinerante* foi realizada no dia 20 de junho, no município de São Gonçalo do Rio Preto, situado a 57 quilômetros de Diamantina, atendendo ainda os cidadãos de Senador Modestino Gonçalves e Felício dos Santos. O projeto contou com a parceria da Prefeitura e da Câmara Municipal de Rio Preto, que cederam parte de suas instalações para a montagem das salas de audiência. “O projeto só funciona se cada parceiro – Poder Judiciário, Ministério Público, autoridades locais e comunidade – fizer sua parte”, afirma o juiz diretor do Foro.

No dia 11 de agosto, é a vez do município de Gouveia receber o *Justiça Itine-*

rante, beneficiando também os moradores de Datas. O projeto realiza uma nova jornada em São Gonçalo do Rio Preto, no dia 24 de outubro.

Compromisso

Para o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Orlando Carvalho, a iniciativa da comarca de Diamantina demonstra compromisso com as expectativas da população em relação ao Poder Judiciário. “Quando conseguimos levar a Justiça até o cidadão, estamos construindo uma nova realidade, de um Judiciário mais próximo, acessível e atento aos verdadeiros anseios e expectativas da sociedade”, afirma o presidente. “*Justiça Itinerante* pode ser resumida em ‘compromisso social’. Por isso, parabenizamos a iniciativa de Diamantina, uma demonstração de espírito público e de vontade de fazer mais e melhor”, enfatiza.

O juiz Elexander Camargos Diniz, que desenvolveu projeto semelhante na comarca de Capelinha, também na região do Jequitinhonha, acredita nos bons frutos da iniciativa. “Uma vez realizadas as primeiras jornadas, faremos uma avaliação dos aspectos positivos e negativos e tentaremos aperfeiçoar o projeto”, explica o magistrado. “De todo modo, confiamos nos bons resultados, nas vantagens trazidas à população carente e acreditamos que o *Justiça Itinerante* veio para ficar”, conclui.

Fonte: viagemturismo.abril.com.br



Além de Diamantina (foto), a comarca é formada por mais oito municípios e possui uma área superior a oito mil quilômetros quadrados

Justiça
Itinerante
pode ser
resumida em
“compromisso
social”

O trabalho é fundamental para a permanência nos centros de reintegração da APAC



Rodrigo Albert

Congresso propaga método da Apac

Wilson Menezes

Consolidar o conceito da Apac como instrumento de propagação da paz social, apresentar à sociedade novos paradigmas de execução criminal na busca da recuperação e ressocialização dos condenados, socorro às vítimas e promoção da justiça. Esses são os objetivos do 6º Congresso Nacional das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), que será realizado de 17 a 20 de julho em Itaúna.

O Congresso será realizado pelo Tribunal de Justiça, através do Projeto *Novos Rumos na Execução Penal*, pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), pela Secretaria de Defesa Social e pelo Ministério Público Estadual. As inscrições podem ser feitas através do

endereço eletrônico: www.fbac.com.br. Telefone: (37)3242-4225.

A Apac é uma entidade civil de Direito Privado com personalidade jurídica própria. No TJMG, o Projeto *Novos Rumos na Execução Penal*, criado em 2001, incentiva a criação e a expansão das Apacs como alternativa de humanização do sistema prisional no Estado. O Método Apac, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, trabalha a recuperação do condenado e sua inserção no convívio social. Partese da premissa de que, recuperado o infrator, protegida está a sociedade, prevenindo-se o surgimento de novas vítimas.

Histórico

São José dos Campos é considerada o berço das Apacs. Sob a liderança do advogado Mário Ottoboni, em 1972, um grupo de voluntários passou a frequentar o presídio Humaitá para dar apoio aos presos. Após dois anos, concluíram que somente com uma entidade juridicamente organizada é que seriam capazes de enfrentar os obstáculos encontrados para realizarem seu trabalho. Assim criaram a Apac que, além de ser uma entidade jurídica, não tem fins lucrativos, e utiliza a evangelização como método de valorização dos detentos.

A Apac de Itaúna se tornou referência nacional e internacional quanto aos índices

de recuperação de presidiários, recebendo delegações até de outros países para conhecerem a metodologia apaqueana. Atualmente, segundo dados apresentados pelo juiz da Vara Criminal da comarca, Paulo Antônio de Carvalho, o índice de recuperação em Itaúna está em torno de 92%, sendo que no sistema comum os números estão em torno de 20%. Na cidade, a Apac trabalha com 145 recuperandos em duas unidades (masculina e feminina), sem a presença de policiais e sem registro de rebeliões.

O método Apac é o resultado de doze elementos que devem coexistir em harmonia: participação da comunidade; recuperando ajudando recuperando; trabalho; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; a família; o voluntário e o curso para sua formação; o centro de reintegração social (CRS); o mérito; e a jornada de libertação com Cristo.

Entre os conferencistas que participam do Congresso, estão o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Dimas Lara Barbosa, a desembargadora Jane Silva, o presidente do Conselho Superior da FBAC e juiz da Vara Criminal de Itaúna, Paulo Antônio de Carvalho, os juízes Herbert José Carneiro, Juarez Morais de Azevedo, Sérgio Luiz Maia e Célia Maria Andrade de Freitas, o advogado Mário Ottoboni, entre outros.

A Apac de Itaúna se tornou referência nacional e internacional quanto aos índices de recuperação de presidiários, recebendo delegações até de outros países para conhecerem a metodologia apaqueana

Servidor busca soluções para o dia-a-dia

Francis Rose

Catalogar os problemas que prejudicam o trabalho diário e encontrar soluções que tornem os processos administrativos mais ágeis e eficazes. Esse é o desafio do Colégio de Servidores, instituído em maio deste ano, a partir do Provimento 161 da Corregedoria-Geral de Justiça, de setembro de 2006.

O grupo tem cerca de 30 pessoas e é formado por escrivães, contador-tesoureiro, pelos diretores da Central de Mandados e da Central de Distribuição e pelo escrivão

assuntos diversos, como os horários de funcionamento de vários setores, a orientação para o preenchimento de documentos e até a padronização de serviços.

Atitude pró-ativa

“Percebemos que alguns problemas simples provocam gargalos no serviço. Então, o objetivo é resolver essas questões, canalizar os anseios de quem trabalha no Fórum, estimular uma atitude pró-ativa em relação ao trabalho e resolver a falta de comunicação entre os setores. Tudo isso aproxima os servidores”, lembra Luiz Carlos.

Todos os servidores estão recebendo algum retorno sobre as solicitações. Muitas, inclusive, que não dizem respeito diretamente aos procedimentos administrativos, estão sendo encaminhadas aos setores responsáveis, como a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e a Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu).

Os representantes do Colégio de Servidores foram escolhidos pelos próprios servidores. Carlos Alberto Buchholz, assessor especial da Direção do Foro da Capital, diz que a tentativa é harmonizar o trabalho. As melhorias, segundo ele, têm implicações diretas no dia-a-dia. “Temos percebido que as mudanças têm contribuído para a redução das reclamações que chegam à Direção do Foro”, revela.

Cinthia Nery Lucas Brum, coordenadora da Distribuição no Fórum Lafayette, está otimista com a iniciativa. “Essa discussão é muito importante e necessária. Já nos reuníamos informalmente para conversar sobre as dificuldades dos escrivães. Na distribuição, por exemplo, muitas vezes chegam processos que deveriam ser enviados a outros setores. Ajustar esses pequenos detalhes evita o trabalho desnecessário e a demora nos procedimentos,” acredita.

Para aproveitar o canal de diálogo com a direção do Foro, a equipe que trabalha na Distribuição elaborou diversas sugestões, que foram levadas à última reunião, no início de junho.

Quem tiver interesse em participar pode enviar suas sugestões ao Colégio de Servidores por *e-mail*. O endereço é dirfo1@tjmg.gov.br.

Em reunião no início de junho, o diretor do Foro da capital e os servidores debateram várias propostas para mudanças no trabalho



Guilherme Dardanhán

da Central de Certidões do Fórum Lafayette de Belo Horizonte. A meta é se reunir a cada dois meses para discutir questões relacionadas às dificuldades no serviço forense. O interessante é que os próprios servidores que apontam os problemas participam das discussões e podem sugerir melhorias e soluções.

Inicialmente, a atuação do Colégio de Servidores se restringe ao trabalho na comarca de Belo Horizonte. No entanto, desde que o grupo foi instituído, já recebeu solicitações e sugestões de diversos setores do Judiciário, incluindo as comarcas do interior.

“O Colégio de Servidores já existia informalmente. Agora, ele foi institucionalizado, como parte das ações de uma administração mais participativa. Tudo o que for discutido e decidido pelo grupo segue para a aprovação do corregedor-geral de Justiça”, explica o juiz-auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça e diretor do Foro da capital, Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior.

Nenhuma decisão será imposta. Tudo será definido a partir da votação e decisão da maioria. Na pauta de discussões, estão

Nenhuma decisão será imposta. Tudo será definido a partir da votação e decisão da maioria

Simpósio de magistrados debate narcotráfico

Renata Ferrer

Entre 2005 e 2007, diminuiu 62% a quantidade de jovens com idade de 12 a 17 anos apresentados à Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte sob acusação de furto. No entanto, no mesmo período, aumentou 169% o número de adolescentes nessa faixa etária encaminhados ao órgão por suspeita de tráfico de drogas.

O fato, divulgado em recente matéria do jornal *Estado de Minas* e citado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Orlando Adão Carvalho, na abertura do I Simpósio Sul-Americano de Magistrados, ilustra a relevância do evento, que teve como tema "Políticas Públicas de Enfrentamento ao Narcotráfico e o Fundo Nacional Antidrogas"

O simpósio, realizado em Belo Horizonte de 28 a 30 de maio, foi fruto de uma parceria entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e a Subsecretaria de Estado de Políticas Antidrogas e resultou na apresentação da Carta de Minas Gerais – uma série de recomendações decorrentes das discussões realizadas no evento.

O encontro teve por objetivo discutir a atuação do Poder Judiciário frente ao narcotráfico no Brasil e na América Latina e sua vinculação com políticas públicas e com as ações do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) e reuniu desembargadores, juizes federais e estaduais de todo o país, membros do Ministério Público, advogados, delegados, policiais federais, militares e civis, representantes dos poderes Executivo e Legislativo, estudantes e profissionais da área da saúde. O evento contou

também com a presença dos juizes Carlos Augusto Oviedo Alberlaez, da Colômbia, e Luiz Alberto Benitez Noguera, do Paraguai, que apresentaram questões relativas às drogas nos seus países e participaram de um debate sobre a cooperação internacional no combate ao narcotráfico.

Em dois dias, 14 expositores proferiram conferências e participaram de painéis e debates que abordaram, entre outros temas, a nova lei sobre drogas (Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006).

Estatística

De acordo com levantamento da Senad, realizado em 2007, com dados relativos a 2005, nas 108 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, 22,8% da população já fizeram uso de drogas (os dados excluem tabaco e álcool), correspondendo a 10.746.991 pessoas.

No levantamento anterior, realizado em 2001, o total era de 19,4%. O uso de maconha aparece em primeiro lugar, com 8,8% dos entrevistados (contra 6,9% em 2001). A segunda droga de maior uso foi o solvente, com 6,1% de usuários, porcentagem superior à encontrada em países como Espanha (4,0%), Bélgica (3,0%) e Colômbia (1,4%). O mesmo estudo ressalta que, na faixa etária de 12 a 17 anos, existem relatos de uso das mais variadas drogas, bem como da facilidade de acesso a substâncias ilícitas e vivência de consumo próximo.

Todas essas estatísticas conduzem à inevitável conclusão de que há oferta de drogas em abundância no Brasil – o que torna o tráfico de entorpecentes um dos



O Brasil já possui os instrumentos de que necessita para resolver os problemas relacionados ao tráfico - uma boa política de governo e uma legislação moderna -, mas precisa aplicá-los de forma eficaz"

maiores problemas sociais da atualidade. Como alertou o desembargador Orlando Carvalho, na abertura do simpósio, o consumo e o tráfico de drogas aumentam os índices de criminalidade.

A assertiva é, novamente, ilustrada por números: somente nas três varas de Tóxicos e Entorpecentes de Belo Horizonte, o total de processos distribuídos saltou de 3.937 em 2004 para 4.712 em 2007. Em 31 de dezembro do ano passado, as 294 comarcas de Minas Gerais somavam um acervo de 55.885 processos relacionados a crimes de tóxicos – sendo mais de 13 mil nas três varas de Tóxicos da Capital.

Tendo em vista a complexidade dessa situação, os conferencistas abordaram no simpósio diversos aspectos do problema, como as políticas nacional e estadual antidrogas elaboradas pelo Poder Executivo; a repressão policial ao narcotráfico; a legislação sobre drogas; e as decisões judiciais prolatadas por magistrados de todo o país.

Política nacional e legislação sobre drogas

Na conferência inaugural do evento, o secretário Nacional Antidrogas, general Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, afirmou que o Brasil já possui os instrumentos de que necessita para resolver os proble-

mas relacionados ao tráfico – uma boa política de governo e uma legislação moderna –, mas precisa aplicá-los de forma eficaz. Para isso, ressaltou a importância de encontros como o simpósio, que proporcionam troca de experiências entre os diversos agentes envolvidos na questão.

O juiz do 9º Juizado Especial Criminal do Rio de Janeiro, Joaquim Domingos de Almeida Neto, introduziu o tema das novidades e os avanços trazidos pela Lei 11.343/06.

A nova lei de tóxicos institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), define crimes, prescreve medidas para prevenção e para a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, além de estabelecer normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico.

Um dos aspectos mais discutidos da nova lei é a despenalização da conduta criminal dos usuários e dependentes químicos. A norma estabelece unicamente penas restritivas de direitos para esses casos, esboçando um modelo de “justiça penal terapêutica”.

Usuário x dependente

A nova lei de tóxicos foi analisada também pelo desembargador integrante da 5ª Câmara Criminal do TJMG, Alexandre Victor de Carvalho, que dissertou sobre aspectos de fixação de penas e respondeu a perguntas da platéia.

Já o palestrante juiz federal no Rio de Janeiro, Marcello Ferreira de Souza Granado, declarou-se “tolerância zero” em relação ao tráfico de drogas e destacou a distinção entre usuário e dependente químico. “A Lei 11.343 é excelente quanto à questão do usuário de drogas, mas foi feita para Marte”, provocou ele, afirmando em seguida que o dependente deve ser acolhido e tratado pelo Estado, mas a mesma postura não pode ser adotada em relação ao usuário. “A lei deveria mostrar ao usuário que ele não é doente, como o dependente: ele é, sim, um sem-vergonha que financia o tráfico”, atacou.

Drogas e criminalidade

Outra importante conferência foi proferida pelo juiz da 3ª Vara de Tóxicos e Entorpecentes de Belo Horizonte José Eustáquio Lucas Pereira, um dos idealizadores do evento. O magistrado discorreu sobre toda a legislação brasileira que respalda o perdimento de bens e valores decorrentes das atividades do tráfico de drogas e defendeu a importância das penalizações nesse sentido. “Na minha concepção, tratamos da pena mais verdadeira que é imposta ao traficante, que é a que recai sobre a parte mais dolorida do corpo dele: o bolso”.

José Eustáquio Pereira afirmou também que o tráfico de drogas tem aumentado “assustadoramente” e que é preciso que a Lei 11.343/06 seja reavaliada, pois não impediu o aumento do uso e do tráfico de drogas. O magistrado

do encerrou sua palestra lembrando que, além de decretar o perdimento de bens, os juízes devem informar ao Fundo Nacional Antidrogas sobre os valores arrecadados para que estes sejam efetivamente somados ao fundo, e não “destinados a contribuir para o superávit primário do país”. Os recursos do Fundo Nacional Antidrogas reservam-se a custear programas de prevenção e recuperação de dependentes químicos, repressão ao tráfico e campanhas educativas, dentre outras medidas.

O presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, discursou na abertura do Simpósio, em Belo Horizonte



Fotos: Guilherme Dardanian

Carta de Minas

O evento terminou com a apresentação da Carta de Minas Gerais, um documento, que, segundo a secretária adjunta da Senad, Paulina Duarte, não é deliberativo, mas “um apanhado geral dos temas debatidos no simpósio, que servirá para que os participantes voltem aos seus Estados com orientações e atuem como agentes multiplicadores das reflexões e informações discutidas.”

A carta traz 13 recomendações, entre elas o estabelecimento de um mecanismo multirregional de intercâmbio de inteligência entre os órgãos responsáveis pelo combate ao narcotráfico; o estímulo à participação de magistrados na criação e implementação de Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas sobre Drogas; a necessidade da aplicação das medidas previstas na Lei 11.343/06 de responsabilidade dos Juizados Especiais Criminais, em articulação com os serviços públicos de saúde e assistência social; e o respaldo às decisões judiciais nacionais para a proteção da soberania nacional, evitando-se extradições e garantindo-se o efetivo cumprimento da pena imposta no país.

A lei deveria mostrar ao usuário que ele não é um doente como o dependente: ele é sim um sem-vergonha que financia o tráfico”



O desembargador Alexandre Victor de Carvalho falou sobre os aspectos da fixação das penas



O juiz José Eustáquio Pereira abordou a legislação brasileira que trata do perdimento de bens decorrentes do tráfico de drogas

Comarcas são premiadas por conciliação

Ione Bernadete

A quase-totalidade das comarcas mineiras aderiu à 2ª Semana Nacional da Conciliação, no final do ano passado, propiciando a conclusão de acordos e descongestionando significativamente o acervo processual. Elas foram convocadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que integra o Projeto *Conciliar é Legal* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Algumas comarcas se empenharam com mais vigor na solução dos conflitos e neste mês elas serão homenageadas pelo Tribunal de Justiça em solenidades que fazem parte da programação de fechamento da Semana da Conciliação de 2007. Nas 186 comarcas mineiras participantes, foram agendadas mais de 26 mil audiências.

As comarcas premiadas pelos resultados são: Belo Horizonte, maior número de pessoas atendidas; Central de Precatórios, maiores valores conciliados; Governador Valadares, destaque de Entrância Especial; Curvelo, melhor resultado entre as comarcas de Segunda Entrância; e Monte Santo de Minas, destaque da Primeira Entrância.

Os dados foram obtidos com o cruzamento das informações sobre a semana e envolvem vários fatores, como distribuição de processos na comarca, audiências agendadas e realizadas, número de acordos obtidos, valores conciliados e número de pessoas atendidas.

Será realizada solenidade em cada comarca vencedora com a presença do presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, como forma de reconhecer e estimular o espírito da conciliação. Em Governador Valadares, a solenidade está marcada para o dia 24 de julho; em Curvelo será no dia 18 de julho; e, no dia 30 de julho, a solenidade de premiação vai ser

realizada em Monte Santo de Minas. A premiação em Belo Horizonte ainda não está com data definida.

Na 2ª Semana Nacional da Conciliação, aberta oficialmente em Belo Horizonte pela então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, no dia 3 de dezembro de 2007, O presidente Orlando Carvalho destacou que "a conciliação é um instrumento de promoção da cidadania, uma vez que atribui autonomia às pessoas em conflito, para que elas mesmas encontrem o caminho para dissolver desavenças, para desatar os nós e reatar os laços."

Movimento Nacional

O Movimento Nacional pela Conciliação, implantado em agosto de 2006 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consegue, hoje, decorridos quase dois anos, em muitos locais do País, atingir o objetivo para o qual foi criado: alterar a cultura da litigiosidade e promover a busca de soluções para os conflitos, mediante a construção de acordos.

A consolidação da conciliação como projeto permanente conta com a participação de todos os tribunais do Judiciário brasileiro e envolve, além de magistrados e servidores da Justiça, promotores, advogados, defensores, voluntários e a sociedade em geral.

A consolidação da conciliação como projeto permanente conta com a participação de todos os tribunais do Judiciário brasileiro

As ministras do STF Ellen Gracie e Cármen Lúcia, acompanhadas do presidente Orlando Carvalho e magistrados do TJ, visitaram a implantação do processo eletrônico no Juizado Especial / Unidade UFMG, durante a Semana da Conciliação de 2007



Patrícia Melillo



Guilherme Dardentan

Juiz diretor do Foro de Itabirito, Antônio Francisco Gonçalves

Vocação para a cidadania

Rafaela Leal

O juiz diretor do Foro de Itabirito, Antônio Francisco Gonçalves, é um exemplo de magistrado com vocação para aproximar a Justiça do cidadão. O “pontapé” inicial foi dado no ano de 2000, quando ele foi apresentado ao programa *Conhecendo o Judiciário*, projeto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que incentiva a aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Daí em diante, incentivou o projeto em todas as comarcas por onde passou: Minas Novas, Turmalina e Itabira. Em 2006, Itabirito foi a 34ª comarca mineira a implantar o *Conhecendo o Judiciário*. Em 2008, as atividades do projeto foram retomadas em junho, e o foco, nesse ano, está sendo as eleições. “Estamos aproveitando o projeto para levar aos alunos mais informações sobre a Justiça Eleitoral”, explicou o magistrado. De origem humilde, nas palestras ele costuma contar esse fato e revela que isso o aproxima dos estudantes e faz com que eles enxerguem o juiz como uma pessoa comum, igual a eles, que passou pelas mesmas dificuldades.

TJMG Informativo – O que será abordado nas palestras sobre Justiça Eleitoral?

AFG: Vamos abordar assuntos sobre o Poder Judiciário com ênfase na Justiça Eleitoral. Serão discutidas as questões de cidadania e do voto. Ha muita gente que, como protesto, vota nulo ou em um candidato de nome pitoresco. Vamos mostrar que existem outras formas de protestar e que eles podem escolher um candidato que esteja voltado aos interesses da comunidade. Temos como objetivo esclarecer o processo eleitoral aos alunos para que eles possam convencer seus pais a votarem conscientemente.

TJMG Informativo – Como o Conhecendo o Judiciário é realizado aqui na comarca?

AFG: O projeto aqui em Itabirito não funciona só com visitas ao Fórum. Também fazemos visitas às escolas. No ano passado, estive em todas as instituições de ensino da cidade. Normalmente, antes das palestras, eu pergunto ao diretor o que está acontecendo na escola. Gosto de abordar temas que façam parte do cotidiano dos alunos. Se há problemas de brigas na escola, então realizamos atividades envolvendo este tema. Em todas as comarcas por onde passei, no primeiro momento, as crianças chegam assustadas ao Fórum. Os professores instruem os alunos a colocarem as mãos para trás e entrar em silêncio, como se estivessem de castigo. Mas, à medida que vamos conversando, ficam a vontade. Eles perguntam muito e adoram participar dos júris simulados.

TJMG Informativo – Na sua opinião, a que se deve esse medo?

AFG: Deve-se à falta de informação. Os alunos têm aquela imagem de que o juiz é distante da sociedade. Além disso, pensam que o juiz é aquele senhor velho e barbudo e se espantam quando me vêem. O *Conhecendo o Judiciário* contribui para que essa imagem seja desmistificada. Nas palestras, costumo dizer aos alunos que o juiz não nasceu juiz. Por isso, gosto muito de falar sobre a minha origem

para que eles possam ver que o magistrado é uma pessoa comum, igual a eles, que passou as mesmas dificuldades.

TJMG Informativo – Conte-nos como foi seu ingresso na magistratura.

AFG: Sou de família humilde. Aos oito anos de idade comecei a trabalhar com meu pai, que era pedreiro, em uma construção civil, mas não gostava do serviço. Digo que o marco da minha vida foi quando, nessa época, meu pai me empurrou e eu caí num monte de areia. O estudo foi uma fuga do “serviço pesado.” Quando me formei em Direito, vi a felicidade que provoqueei em meu pai. Em 2000, passei no concurso para ingressar na magistratura. Durante o período de provas, descobri que tinha câncer no estômago. Tive que fazer as provas escritas no hospital. Inclusive, foi a primeira vez que o TJMG deferiu um pedido de um concursando para fazer prova fora do espaço delimitado. Após ser aprovado e ter me curado do câncer, mandei celebrar uma missa. Na ocasião, agradei ao meu pai por aquele empurrão que mudou a minha vida. Ele nem imaginava que aquele fato se tornaria tão importante para mim.

TJMG Informativo – O senhor acredita que já deu algum “empurrão” em alguém?

AFG: Muitos. Durante o programa, é comum ouvir os alunos dizerem que não querem ser juizes, e sim promotores. Após as palestras, mudam de idéia. A gente desperta a vocação. Isso reflete na escola. Os professores usam minha história de vida como exemplo nas salas de aula. Por isso, acho importante o juiz falar de sua origem, para que as pessoas o tenham como modelo e possam lutar por seus objetivos.

Estamos aproveitando o Projeto para discutir a Justiça Eleitoral e as questões sobre a cidadania e o voto

Comissão de TI aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do TJMG



Tecnologia da Informação avança no TJ

Renata Ferrer

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) conta agora com um completo planejamento de Tecnologia da Informação. O planejamento é um conjunto de políticas, estratégias e ações, todas condensadas em um documento denominado Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do TJMG (Peti).

Elaborado pela empresa Tutor Tecnologia da Informação, contratada pelo TJ, o Peti foi aprovado pela Presidência do Tribunal, pela Comissão de Tecnologia da Informação (TI) e pelo Co-

mitê Executivo. Para o presidente do TJMG, desembargador Orlando Adão Carvalho, "o investimento do Tribunal em Tecnologia da Informação representa um grande passo em direção à automação dos serviços e, conseqüentemente, a uma melhor e mais ágil prestação jurisdicional". De acordo com o desembargador Fernando Botelho, presidente da Comissão de TI, o Peti foi elaborado "após detalhadas entrevistas de usuários magistrados e servidores e de medição de fluxos de trabalho administrativo em setores do Tribunal e da Primeira Instância".

No Peti estão detalhados todos os atos e as datas-limite de implantação das inovações tecnológicas que estão sendo implementadas para ajuste da Diretoria-Executiva de Informática (Dirfor) a padrões modernos de atuação. Segundo o diretor executivo Fernando Antônio Ribeiro Vianna, a empresa de consultoria realizou os seguintes serviços: Plano do Projeto, Modelo de Transição, Gestão do Contrato e dos Indicadores de Desempenho, Gestão de Competências e Atividades, Plano de Ação de TI para um cenário definitivo e Gerência de Projetos Prioritários, esta última dividida em quatro pon-

tos principais - Sistema Hermes, Sistema CNJ (Projudi), Diário Oficial Eletrônico e monitoração e planejamento de desempenho da infra-estrutura.

Resultados

A elaboração do Peti acaba de ser concluída e os resultados já podem ser vistos: o lançamento do Diário do Judiciário eletrônico, que amplia o acesso às informações, garantindo transparência às atividades do Poder Judiciário; a expansão do processo judicial eletrônico (Sistema CNJ, antigo Projudi), que possibilita maior acesso, celeridade, segurança, eficiência e transparência aos trâmites processuais; e o Sistema Hermes de malote eletrônico, que torna as comunicações oficiais mais ágeis, seguras e eficientes e reduz custos relativos às correspondências, além de possibilitar a expedição de alvarás de soltura eletrônicos, medida implantada desde o dia 24 de junho. Outra grande novidade é o Plano Diretor de Segurança da Informação, que está em fase de elaboração e atingirá todos os setores da instituição.

Também a Central de Serviços TJMG, em funcionamento desde o dia 23 de junho, é resulta-

do desse amplo trabalho. A central vai atender às solicitações de manutenção de computadores, impressoras e outros equipamentos de informática; *software*, *hardware*, dúvidas sobre programas e sistemas judiciais e administrativos estão entre os atendimentos. Agora, magistrados e servidores podem ligar para o telefone 0800-7250401 para suas solicitações. Mais informações sobre a central de Serviços no link <http://www.tjmg.gov.br/central> de serviços.

"Trata-se, portanto, de um planejamento de curto, médio e longo prazo, que congrega estratégias e ações específicas da tecnologia do Poder, nele inserindo-se todos os programas inovadores que o Judiciário implantou e implantará", afirma o desembargador Fernando Botelho.

Em vista do sucesso na elaboração do planejamento de Tecnologia da Informação, o TJMG entregou à empresa Tutor Tecnologia da Informação um Atestado de Capacidade Técnica firmado pelo presidente Orlando Carvalho. Na avaliação do diretor executivo de Informática, Fernando Antônio Ribeiro Vianna, "o atestado reflete a finalização dos trabalhos contratados, dentro dos prazos estabelecidos, com a eficiência e esperada".

O investimento do Tribunal em Tecnologia da Informação representa um grande passo em direção à automação dos serviços e, conseqüentemente, a uma melhor e mais ágil prestação jurisdicional



TJMG comemora Centenário de Pedro Braga

Vanderleia Rosa

“Um processo judicial não é apenas um frio ajuntamento de papéis. Há nele, dentro dele, anseios que palpitam, sofrimentos e angústias escondidos em suas páginas, apelos por reparação de injustiças...”. Essas palavras, tiradas de um dos discursos do desembargador Antônio Pedro Braga, traduzem toda a sensibilidade de um julgador comprometido com a realização da justiça. E, para tornar público o legado desse grande magistrado, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio da Memória do Judiciário Mineiro, realiza, até o dia 25 de julho, a exposição Fato do Mês, com o tema “Centenário do Desembargador Pedro Braga”.

A exposição foi aberta no dia 25 de junho, às 13h30, no Palácio da Justiça, durante sessão da Corte Superior. Na solenidade, estavam presentes autoridades judiciárias e familiares do homenageado. A sessão foi presidida, extraordinariamente, pelo 1º vice-presidente do TJ, desembargador Cláudio Costa, e contou com a presença do servidor aposentado, professor Ricardo Fiuza.

Ambos discursaram em homenagem ao desembargador Pedro Braga,

A exposição itinerante esteve no salão da Corte Superior até o dia 4 de julho. De 8 a 11 de julho, a mostra pode ser visitada no Espaço Cultural do TJMG - Unidade Francisco Sales e, de 15 a 25 de julho, no Espaço Cultural do Fórum Lafayette. Estão expostos vários objetos pessoais e de trabalho do desembargador, dentre eles o diploma de bacharel, a mala de condução de processos, a pasta de discursos, o conhecido processo “Crime do Marcha-Ré”, no qual atuou, e espátulas usadas na abertura de correspondências. O Fato do Mês integra o projeto Sempre Memória, lançado em setembro de 2007.

Dados biográficos

Pedro Braga nasceu em Visconde do Rio Branco, em 29 de junho de 1908. Neto de portugueses, aprendeu, ainda criança, a amar Portugal, como está registrado em uma de suas biografias.

Graduou-se em Farmácia em 1927 e em Direito em 1932, aos 24 anos. Tancredo Neves estava entre seus colegas de turma. De volta à cidade natal, trabalhou na advocacia e no magistério. Exerceu os cargos de deputado estadual, secretário do Interior e Justiça e, em 1952, foi nomeado desembargador, ocupando uma das cadeiras reservadas aos advogados. Foi presidente do TJMG entre 1967 e 1969.

Vocação para a história

Após se aposentar, foi convidado pelo então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Arthur, para implantar e dirigir a Memória do Judiciário Mineiro, dada sua vocação para a história. Um registro, escrito pelo então superintendente da Memória, desembargador Walter Veado, destaca a dedicação de Pedro Braga para organizar o novo setor, constituindo o acervo, realizando a catalogação das peças e redigindo notas biográficas de

magistrados mineiros e de fatos de relevância histórica.

Ao longo de sua vida e carreira, fez muitos amigos, dentre eles o desembargador Hélio Costa, atual superintendente da Memória do Judiciário Mineiro e grande incentivador do projeto Sempre Memória; o desembargador Francisco de Assis Figueiredo; e o professor Ricardo Fiuza, seu assessor na época em que exercia a Superintendência da Memória. O desembargador Hélio Costa destaca o talento poético do desembargador Pedro Braga, lembrando a época em que trocavam versos. Maria Thereza Costa, filha do desembargador Hélio Costa, também amiga da família de Pedro Braga, confirma, saudosa, a amizade entre os dois: “Uma vez, o desembargador Pedro Braga nos disse que gostava de papai como se gosta de um irmão”.

O desembargador Pedro Braga faleceu aos 91 anos, em 1999. Em reconhecimento à sua contribuição ao Judiciário mineiro, o Tribunal de Justiça deu o seu nome à sala onde se localiza o Museu da Memória do Judiciário.

Livro analisa clássicos do cinema

Rosana Maria

Está no “prelo” o primeiro livro sobre cinema do desembargador Sérgio Braga: *Resenhas, releituras e reflexões*. A publicação coleciona resenhas e comentários do magistrado, feitos a partir de apresentações de filmes exibidos no projeto *Cineclube TJ*.

Na publicação, o desembargador analisa as particularidades de várias obras-primas da Sétima Arte, além de discorrer sobre costumes e excentricidades de diretores e atores, épocas e contextos. Embora sem a pretensão de um rigor científico, ele acaba por mostrar a importância do cinema na compreensão do mundo, especialmente no Judiciário. “O cinema, com a diversidade de temas tratados, com a agilidade da linguagem audiovisual ou o apelo ao entretenimento, além de outras vantagens, como a do assistir coletivo e do debate em torno do que se viu, é um instrumento de análise, que creio dos mais ágeis, sobre o mundo em que vivemos”, assinalou.

A edição, com 220 páginas, tem seu lançamento previsto para agosto e traz uma programação visual agradável, com ilustrações e grafismos que remetem ao universo cinematográfico.

Novo Cineclube TJ

Foi a partir de um convite feito pelo então presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Gudestev Biber Sampaio, no ano de 2003, que o desembargador Sérgio Braga, superintendente de Comunicação do TJ na época, colocou-se à frente do Projeto de cinema, já existente no Tribunal, inaugurando uma nova fase.

Ele passou a trabalhar, então, a idéia de unir o ambiente de um *cineclube* tradicional e o debate de grandes obras cinematográficas, aquelas que não têm mais espaço no circuito comercial. Na seleção dos filmes – preocupado, sobretudo, com o seu conteúdo e as idéias e concepções de mundo que poderiam ser debatidas –, Sérgio Braga acrescentou ao projeto uma série de produções que proporcionariam, ainda, uma ligação das tramas com o mundo jurídico.

“Os filmes deveriam ter uma relevância acima do simples entretenimento e os temas

deveriam permitir debates em torno de questões de grande interesse para os magistrados e mesmo para os servidores, dando suporte para que todas as decisões judiciais tenham o encaminhamento devido”, revelou.

No novo *Cineclube TJ*, as sessões têm a apresentação das obras pelo desembargador, que expõe, ao final, as suas críticas e observações, abrindo espaço para debates.

Sérgio Braga, hoje aposentado, continua colaborando na seleção das películas, prestigiando os clássicos da história do cinema, priorizando cineastas que “têm uma visão importante do mundo, que estão construindo uma obra”, frisou.

Livro e “cineclubismo”

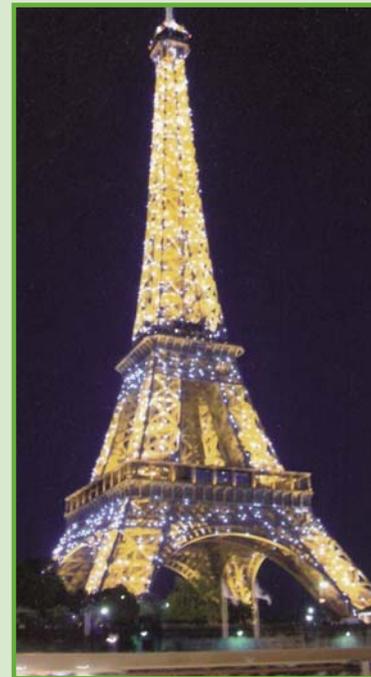
Naturalmente, o arquivamento mecânico daqueles textos para prefácio e suas anotações posteriores já tomavam certo volume, quando a idéia se apresentou: por que não organizar o material em projeto gráfico que lhe dê unidade e identidade? Daí surgiu o livro *Resenhas, releituras e reflexões*. “As resenhas começaram timidamente como material de informação biográfica sobre os diretores e alguns aspectos de seus filmes”, lembra o magistrado. Mas, foi o sucesso do projeto do *Cineclube TJ* que o levou a trabalhá-las um pouco mais, resultando nessa primeira publicação.

Nem todos os filmes exibidos no *Cineclube TJ* estarão comentados no livro. “As primeiras resenhas foram mais simples e acahadas, por isso algumas ficaram de fora. É uma pena, porque tratam de grandes obras”, explicou.

Ele ainda acrescentou que este trabalho, realizado dentro do Tribunal, levou-o a pensar em outro projeto: a possibilidade de criar um sistema de “cineclubismo” para todo o Judiciário mineiro. “A idéia é centrar em Belo Horizonte uma boa coleção de grandes filmes ligados ao mundo da Justiça, ou que tenham alguma perspectiva que permita um debate sobre as questões humanas”, conta Sérgio Braga.

Em agosto, o *Cineclube TJ* comemora cinco anos. Hoje, reúne um público fiel e seleto, entre magistrados, servidores e estudantes de Direito.

Aline Gonçalves



A Torre Eiffel foi construída por Gustave Eiffel (1832-1923) para a exibição universal de 1889, em Paris, realizada na data do Centenário da Revolução Francesa. Uma estrutura revolucionária para a época. Ainda hoje, é um dos principais símbolos de Paris e da França. A Torre levou dois anos para ser concluída e foi inaugurada pelo Príncipe de Gales, que, posteriormente, tornou-se o Rei Eduardo VII do Reino Unido. Até a época da construção da Torre Eiffel, a edificação mais alta existente era a Pirâmide de Quéops, no Egito, com 138 metros de altura e quase cinco mil anos de idade. A Torre Eiffel permaneceu como a construção mais alta do mundo até 1930.

Aline Gonçalves - Comarca de Conselheiro Lafaiete

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.gov.br.